

Demonstrações Financeiras

Instituto Lina Galvani

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Instituto Lina Galvani

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros do
Instituto Lina Galvani

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Lina Galvani (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 03 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Marcos Roberto Sponchiado'. The signature is written in a cursive style.

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC-1SP175536/O-5

Instituto Lina Galvani

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	928	843
Aplicações financeiras vinculadas	4.2	168	137
Contas a receber	5	154	1
Outros ativos		9	7
Total do ativo circulante		1.259	988
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	295	271
Intangível		-	-
Total do ativo não circulante		295	271
Total do ativo		1.554	1.259
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Contas a pagar		21	4
Salários e encargos sociais	8	106	99
Tributos a pagar		9	4
Serviços a prestar	6	322	136
Total do passivo circulante		458	243
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	1.096	1.016
Total do patrimônio líquido		1.096	1.016
Total do passivo e patrimônio líquido		1.554	1.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Lina Galvani

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas operacionais			
Contribuições associativas	10	183	193
Doações de pessoas jurídicas e físicas	10	2.249	2.012
Trabalho voluntário		22	21
Receitas com gratuidade		520	454
Receitas financeiras		28	10
Total das receitas		3.002	2.690
Custo dos projetos realizados			
Campo Alegre de Lourdes	11.1	(195)	(132)
Luís Eduardo Magalhães	11.1	(154)	(121)
Parque Fioravante Galvani	11.1	(1.664)	(1.247)
Jaguaré	11.1	(29)	-
Outros	11.1	(58)	(58)
Total do custo dos projetos realizados		(2.100)	(1.558)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11.2	(810)	(693)
Total das despesas operacionais		(810)	(693)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(12)	(10)
Superávit do exercício		80	429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Lina Galvani

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício	80	429
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	<u>80</u>	<u>429</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Lina Galvani

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superavit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		587	-	587
Superávit do exercício		-	429	429
Absorção do superávit ao patrimônio social	9	429	(429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.016	-	1.016
Superávit do exercício		-	80	80
Absorção do superávit ao patrimônio social	9	80	(80)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.096	-	1.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Lina Galvani

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	80	429
Ajustes para conciliar o déficit do exercício ao caixa		
Gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	25	22
Custo da alienação do ativo imobilizado e intangível	-	1
(Aumento) redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(153)	15
Outros ativos	(2)	(5)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	17	2
Salários e encargos sociais	7	16
Tributos a pagar	5	2
Serviços a prestar	186	(28)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	165	454
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(49)	(77)
Aplicações financeiras vinculadas	(31)	12
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(80)	(65)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	85	389
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	843	454
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	928	843
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	85	389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O Instituto Lina Galvani (“Entidade”), fundado em 10 de março de 2003, é uma Associação Civil sem fins lucrativos, que tem por objeto social:

- (a) Promoção de assistência social.
- (b) Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- (c) Promoção gratuita da educação.
- (d) Defesa, preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- (e) Promoção do voluntariado.
- (f) Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.
- (g) Promoção da ética, da paz, da cidadania e de outros valores universais.
- (h) Estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas.

A Entidade possui certificado para sua condição de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (“OSCIP”), emitido pela Secretaria Nacional de Justiça, decorrente do pleno atendimento à Legislação vigente para o enquadramento deste tipo de Entidade.

A Entidade possui como principais mantenedoras de suas atividades sociais, a Galvani Participações e Investimentos S.A. (“GPI”) e a FOSNOR - FOSFATADOS DO NORTE-NORDESTE S.A., que se comprometem a realizar os aportes necessários para manutenção das atividades sociais da Entidade, caso aplicável. Adicionalmente, a Entidade vem buscando firmar novas parcerias para execução de seus objetivos sociais.

Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Entidade

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus Covid-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da Covid-19 efetivamente provocaram.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Entidade--Continuação

As operações do Instituto não foram impactadas de forma significativa em relação à pandemia da Covid-19, e a interrupção na operação foi mínima durante todo o exercício.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), que compreendem a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Apurações do superávit ou déficit

O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros), emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Aplicações financeiras vinculadas

O montante classificado como aplicações financeiras vinculadas corresponde ao valor de doações e contribuições associativas que deve ser utilizado exclusivamente para a continuidade de projetos já estipulados, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2020 na 42ª Ata de Reunião do Conselho de Administração.

2.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. A Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem mensalidade escolares a receber.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

d) *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)*

A Entidade avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Entidade ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros investimentos não circulantes.

e) *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)*

No reconhecimento inicial, a Entidade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- e) *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)--Continuação*

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

- f) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

- g) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

g) Desreconhecimento--Continuação

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

h) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Entidade reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

h) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação*

Para o saldo de mensalidades a receber, a Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

b) *Mensuração subsequente*

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

c) *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

d) *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

e) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.8. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. Registrado ao custo de aquisição ou valor estimado de doação. A contrapartida de doações é contabilizada diretamente ao resultado do exercício. A doação inicial disponibilizada pelo fundador é reconhecida em conta do patrimônio líquido social.

A depreciação é registrada pelo método linear, à taxa fiscal, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.9. Ativos intangíveis - softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável subsequentemente, são realizados testes anuais para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos dos correspondentes encargos incorridos, se aplicável. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

2.12. Serviços a prestar

Os serviços a prestar correspondem à contrapartida das contas a receber que foram registrados a partir de acordos de patrocínio à Entidade assinados junto aos patrocinadores. As receitas de serviços são levadas ao resultado à medida que os serviços são prestados.

Os contratos firmados entre os patrocinadores e a Entidade têm como principal objetivo o investimento social privado, nos quais os recursos doados devem ser utilizados na prestação de serviços sociais e ambientais pela Entidade. Se o prazo da prestação de serviços é equivalente a um ano ou menos, os serviços a prestar são classificados no passivo circulante. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal.

2.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade corresponde à doação inicial feita pela sua mantenedora e pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a Entidade possui ou do recebimento de doações.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Reconhecimento da receita--Continuação

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

2.17. Gratuidades e trabalho voluntário

O Instituto reconhece em suas demonstrações financeiras as gratuidades que estão a sua disposição em forma de prestação de serviços ou atividade profissional feita de forma gratuita e com a mesma qualidade e responsabilidade como se fosse pago. A gratuidade e trabalho voluntário são reconhecidos pelo seu valor justo.

2.18. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020

A administração da Entidade efetuou o estudo e análise das outras normas e interpretações que se aplicaram pela primeira vez ou foram revisadas em 2020, tais como: (i) Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios; (ii) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; (iii) Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de erro material; (iv) Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (v) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento, e concluiu que essas não trouxeram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.19. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. Entretanto, a Entidade não estima nenhum efeito material relevante decorrente desses novos pronunciamentos.

- IFRS 17 - Contratos de seguro.
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.20. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com a definição de vida útil dos bens do ativo imobilizado (Nota 2.8).

3. Gestão de risco financeiro

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com instrumentos financeiros, substancialmente compostos por caixas e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Considerando a natureza dos instrumentos os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Caixa e equivalentes de caixa, títulos valores mobiliários, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c) Gestão de riscos financeiros

A Administração da Entidade gerencia os riscos por intermédio de seu departamento financeiro que orienta a Administração em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

d) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo as mesmas monitoradas pela administração.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	1	1
Aplicações financeiras	<u>927</u>	<u>842</u>
	<u><u>928</u></u>	<u><u>843</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as aplicações financeiras da Entidade referem-se a títulos de renda fixa de curto prazo e Certificados de Depósitos Bancários - CDB em bancos considerados pela Administração da Entidade como de primeira linha. Possuem liquidez imediata e são remunerados a taxa de até 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI.

4.2. Aplicações financeiras vinculadas

O montante classificado como aplicações financeiras de R\$168 em 31 de dezembro de 2021 (R\$137 em 31 de dezembro de 2020) corresponde ao valor de doações e contribuições associativas que deve ser utilizado exclusivamente para a continuidade de projetos já estipulados, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e disposto em nota explicativa nº 2, item 2.6.

5. Contas a receber

Refere-se, substancialmente, a acordos firmados por apoiadores e por patrocinadores de Projetos com a Filial Instituto Lina Galvani - Parque.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$154 é registrado em contrapartida ao saldo da conta de serviços a prestar, pois os custos incorrerão apenas durante o exercício subsequente.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Parque Fioravante Galvani	-	1
Ebtrans	3	-
Sementes Oilema	89	-
Adm Brasil	<u>62</u>	-
	<u><u>154</u></u>	<u><u>1</u></u>

6. Serviços a prestar

Na conta de serviços a prestar são registrados os valores referentes a doações e contribuições associativas para projetos que não foram utilizados integralmente dentro do exercício.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Serviços a prestar--Continuação

Assim, tais valores serão utilizados para a continuidade de projetos já estipulados, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

As composições dos saldos de serviços a prestar em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão abaixo apresentadas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Gestão Comunitária da água CAL	-	97
Parque Fioravante Galvani	-	1
Projeto OILEMA - Reintrodução Lobo	65	-
Projeto ADM BRASIL - Restauração	100	-
Receita Diferida Ebtrans	3	-
Receita Diferida OILEMA	89	-
Receita Diferida ADM BRASIL	62	-
Outros	3	38
	<u>322</u>	<u>136</u>

7. Imobilizado

	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação/ Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
				<u>2021</u>	<u>2020</u>
Instalações	10	25	(18)	7	5
Máquinas e equipamentos	10	79	(33)	46	46
Móveis e utensílios	10	58	(39)	19	21
Equipamentos Informática	20	59	(51)	8	11
Construções Parque Fioravante Galvani	4	259	(98)	161	166
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10	77	(23)	54	22
		<u>557</u>	<u>(262)</u>	<u>295</u>	<u>271</u>

Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro está abaixo apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>216</u>
Depreciação	(22)
Adições	77
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>271</u>
Depreciação	(25)
Adições	49
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>295</u>

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Salários a pagar	14	14
Provisão de férias	70	63
INSS a recolher	13	14
FGTS a recolher	4	4
PIS a recolher	1	1
IRRF a recolher	4	3
	<u>106</u>	<u>99</u>

9. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade corresponde à doação inicial feita pela Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A. (GICS) até o mês de junho de 2019. Em 1º. De julho de 2019, a GICS pediu seu desligamento do quadro social do Instituto Lina Galvani deixando de ser sua Mantenedora. A partir de 1º. de julho de 2019 foi admitida no quadro social do Instituto a empresa FOSNOR - FOSFATADOS DO NORTE-NORDESTE S.A., passando a ser sua Mantenedora, conforme consta em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 11 de julho de 2019. O patrimônio social da Entidade também é composto pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

A Entidade não remunerará, por qualquer forma, os membros do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirão entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

O Instituto aplica integralmente suas rendas, receitas, recursos ou eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais e no território nacional.

a) Doações

As doações recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais.

b) Dissolução

Na hipótese de a associação perder a qualificação Instituída pela Lei nº 9.790/99 ("OSCIP") e legislações posteriores, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que manteve essa qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente, que possua o mesmo objeto social.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

c) Outras disposições

De acordo com as disposições do Estatuto Social, a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente anualmente, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, examinar o relatório da diretoria referente às atividades desenvolvidas pelo Instituto no exercício anterior, e, quando for o caso, eleger Presidente de honra e os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e extraordinariamente sempre que o interesse social assim o exigir.

d) Superávit (déficit) acumulado

Representa os superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data da constituição da Entidade.

10. Receitas próprias

	2021	2020
Contribuições associativas		
Galvani Participações e Investimentos S.A.	183	193
Total das contribuições associativas	<u>183</u>	<u>193</u>
Doações		
FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S/A	1.877	1.885
Outras pessoas jurídicas e físicas	372	127
Total das doações	<u>2.249</u>	<u>2.012</u>

11. Custos dos projetos realizados e despesas administrativas

11.1. Custos dos projetos realizados

	2021	2020
Despesas com pessoal e encargos	(593)	(597)
Despesas com animais	(67)	(54)
Serviços de terceiros (i)	(800)	(400)
Despesas com comunicação (i)	(90)	(71)
Materiais para consumo	(65)	(55)
Despesas com viagens	(17)	(30)
Despesas com Gratuidade	(46)	(43)
Outros custos	(421)	(308)
	<u>(2.099)</u>	<u>(1.558)</u>

(i) As variações com os custos dos Projetos entre o ano de 2020 e de 2021 se deu basicamente devido à execução de Parcerias firmadas do Parque Fioravante Galvani. Os maiores impactos estão justificados abaixo:

- Serviços Terceiros - maior impacto foram com os fornecedores ContractaRH (vigilância, ajudante de cozinha), Engenheira Agrônoma para o Projeto Conecta Cerrado CI e Restaura ADM e contratação de Consultorias para atender às atividades dos Projetos.
- Despesas com Comunicação - contratação de Assessoria de Comunicação para o Projeto Conecta Cerrado CI e de agências de produção de texto e monitoramento de conteúdo dos sites e das Redes Sociais do ILG e do Parque. Antes, este serviço era realizado por funcionário contratado do Instituto.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Custos dos projetos realizados e despesas administrativas--Continuação

11.2. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal e encargos	-	-
Honorário dos administradores	-	-
Serviços de terceiros	(169)	(178)
Despesas com comunicação	(80)	(32)
Despesas com depreciação e amortização	(25)	(23)
Despesas com viagens	-	(2)
Trabalho voluntário	(10)	(7)
Despesas com Gratuidade (i)	(474)	(411)
Outras despesas administrativas	(52)	(40)
	<u>(810)</u>	<u>(693)</u>

- (i) As Despesas com Gratuidade compreendem principalmente os espaços que o Instituto Lina Galvani utiliza para a instalação e o funcionamento de sua matriz e filiais, a prestação de serviço dos funcionários custeados pela FOSNOR que trabalham parte do tempo para o Instituto e a prestação de serviço de auditoria, também custeada pela Mantenedora do Instituto.

A Matriz do Instituto fica localizada à Avenida Onófrio Milano, 589, Bairro Jaguaré, São Paulo - SP, onde ocupa uma sala comercial cedida pela Galvani Participações Ltda, sendo o valor mensal do aluguel avaliado em R\$1.552,00 e R\$18.624,00 anuais. Uma das Filiais do Instituto, denominada Parque Vida Cerrado, fica localizada na Rodovia BR 242 KM 870 s/nº, Barreiras-BA, onde ocupa parte do terreno cedido pela proprietária do Imóvel, FOSNOR - FOSFATADOS DO NORTE-NORDESTE S/A, e ocupa uma área de 19,3 hectares, tendo um valor de aluguel mensal avaliado em 3.614,45/mês e R\$43.373,35 anuais.

Outra Filial do Instituto fica em uma sala localizada na Rua do Campo, nº 270, Povoado de Angico dos Dias, Campo Alegre de Lourdes - BA, cedida pela ASSOCIAÇÃO REDE SOCIAL, sendo o valor mensal do aluguel avaliado em R\$123,14 e R\$1.477,68 anuais.

O Instituto também ocupa uma pequena sala comercial localizada na Avenida Luis Eduardo Magalhães, nº 2071, Bairro Jardim das Acácias, Luis Eduardo Magalhães - BA, cedida pela FOSNOR - FOSFATADOS DO NORTE-NORDESTE S/A, sendo o valor mensal do aluguel avaliado em R\$738,84. Esta sala foi ocupada pelo Instituto apenas no mês de Jan/2021, sendo realizado o Distrato de Comodato em 16/02/2021.

Os funcionários contratados pela mantenedora FOSNOR cedem parte do seu tempo para executar atividades do Instituto. Este tempo cedido totalizou o valor de R\$436 (372 em 2020), sendo considerado como Gratuidade para o Instituto.

A prestação de serviço de auditoria é estimado o valor de R\$20.000,00 que também é custeado pela FOSNOR, mantenedora do Instituto.

12. Imposto de renda e contribuição social

Com base no Artigo 150 da Constituição Federal a Entidade é imune ao imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Em 2 setembro de 2015 foi publicada a ITG 2002 (R1) informando que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado.

Considerando que a Entidade apurou superávit durante o exercício findo em 2021, ocorreu a incidência da imunidade do imposto de renda e contribuição social.

Instituto Lina Galvani

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave é de R\$98 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$94 em 2020). Os vencimentos passaram a ser custeados pela mantenedora em 2020, e com isso estão considerados como Gratuidades no Instituto (nota 11).

14. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	928	843
Aplicações financeiras vinculadas	168	137
Contas receber	154	1
	<u>1.250</u>	<u>981</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Contas a pagar	21	4
	<u>21</u>	<u>4</u>